

## **PAUTA DA 12º (DÉCIMA SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA** **ORDINÁRIA**

**12 DE NOVEMBRO DE 2025 – QUARTA-FEIRA**

### **PAUTA DO DIA** **APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROJETO DE LEI**

➤ **Projeto de Lei Nº 24/2025:** Estabelece normas de apreensão de animais no perímetro urbano, determina critérios para a liberação e dá outras providências.

**Autoria:** Poder Executivo.

➤ **Projeto de Lei Nº 25/2025:** Dispõe sobre a associação do Município de Marcelino Vieira-RN ao Polo Turístico do Oeste Potiguar - IGR OESTE POTIGUAR e dá outras providências.

**Autoria:** Poder Executivo.

➤ **Projeto de Lei Nº 26/2025:** Institui o Programa Municipal de Incentivo à Instalação e Manutenção de Empresas no Município de Marcelino Vieira-RN, e dá outras providências.

**Autoria:** Poder Executivo.

➤ **Projeto de Lei Nº 03/2025:** Dispõe sobre a proibição de cobrança de estacionamento em vias públicas para fins particulares no Município de Marcelino Vieira/RN e dá outras providências.

**Autoria:** Vereador Aurivones Alves

### **EXPEDIENTE DO DIA**

➤ **Requerimento nº 06/2025:** Requer providências voltadas à valorização e segurança dos trabalhadores que atuam na coleta de lixo e limpeza urbana do município de Marcelino Vieira-RN.

**Autoria:** Vereador Tamarck Luiz

## **Projeto de Lei n. 24/2025, de 06 de Novembro de 2025**

*Estabelece normas de apreensão de animais no perímetro urbano, determina critérios para a liberação e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Marcelino Vieira-RN, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte lei;

### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º.** Esta Lei tem por finalidade estabelecer normas para a manutenção da zona urbana a salvo da invasão de animais brutos.

**Parágrafo Único.** Consideram-se animais brutos para efeitos desta lei:

- I** - Animais cujas características são típicas de criação campestre;
- II** - Animais que por sua natureza ofereça risco à integridade física dos cidadãos;
- III** - Animais que, mesmo sendo considerados domésticos, cause prejuízos a terceiros;
- IV** - Animais vadios.

### **CAPÍTULO II DO PODER DE POLÍCIA E DAS CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO**

**Art. 2º.** Para que se cumpra a finalidade descrita no artigo anterior, o Poder Executivo, através de Secretarias integralizadas, manterá fiscais em vias públicas com a finalidade de cumprir a presente lei;

**Art. 3º.** No exercício de seu ofício, o fiscal obedecerá às seguintes normas:

- I-** O animal que se encontrar na via pública solto e desacompanhado de seu guia, será apreendido e o seu proprietário ficará sujeito as sanções descritas nos Art. 4º, para a sua liberação;
- II-** Durante o período de apreensão dos animais, que não será superior a oito dias a partir do fato apreensivo, o Poder Público é responsável pela sua alimentação e guarda;

**Art. 4º.** Uma vez realizada a apreensão de animais, o proprietário sujeitar-se-á ao pagamento de taxa diária de custos de manutenção, por cabeça, prevista no Anexo I desta Lei, para ter assegurado a liberação do animal;

**Parágrafo Único.** A taxa de que trata o *caput* deste artigo é destinada ao ressarcimento das despesas que o Poder Público realizar durante o período de apreensão dos animais;

### **CAPÍTULO III**

#### **DA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS APREENDIDOS NÃO REQUISITADOS POR SEUS PROPRIETÁRIOS**

**Art. 5º.** Na hipótese de os animais não serem requisitados por seus proprietários no transcurso do prazo previsto no inciso III do Art. 3º, o Poder Público tomará as seguintes providências:

**I** - Sendo animais que culturalmente são usados para consumo humano, e estando estes em perfeitas condições de saúde, serão abatidos sob inspeção sanitária do município e sua carne destinada às creches e unidades escolares municipais;

**II** - Sendo animais cuja carne não seja utilizada para consumo humano, serão estes doados a pessoas físicas ou jurídicas radicadas fora da zona urbana;

**§ Único** - A doação determinada no inciso II deste artigo, será feita mediante Termo de Doação preparado pelo órgão doador, em que conste a identificação do beneficiário, a espécie do animal doado com suas características físicas, o local da destinação e a data de sua assunção pelo beneficiário;

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO RECOLHIMENTO FISCAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6º.** O recolhimento da taxa de apreensão prevista nesta Lei será feito mediante documento fiscal em que conste a inscrição da Prefeitura no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), preenchido pelo setor de arrecadação do Município e bem como a identificação do agente arrecadador;

**Art. 7º.** Após o pagamento da taxa de apreensão, o agente pagador receberá uma guia de quitação do documento fiscal de que trata o Art. 6º, para apresentar ao servidor responsável pela observação e alimentação dos animais apreendidos a fim de liberá-los;

**Art. 8º.** A receita resultante da aplicação da taxa prevista nesta Lei será aplicada na conta de Tributos e Taxas diversos, mantida pelo Poder Público em agência bancária oficial;

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir mantimentos para os animais durante o prazo de apreensão;

**Art. 10.** São terminantemente proibidas quaisquer práticas de maus tratos contra animais sob a apreensão e guarda do Poder Público;

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.  
Gabinete do Prefeito, em 07/11/2025.

HINDEMBERG  
PONTES DE  
LIMA:50292382472

Assinado de forma digital por  
HINDEMBERG PONTES DE  
LIMA:50292382472  
Dados: 2025.11.07 11:34:42  
-03'00'

*Hindemberg Pontes de Lima*  
PREFEITO

## Anexo I

### **I - Liberação do Animal por Cabeça**

| <b>PORTE</b>  | <b>ESPÉCIE</b>             | <b>VALOR DA MULTA</b> |
|---------------|----------------------------|-----------------------|
| Grande Porte  | Equinos, Assinos e Bovinos | R\$ 50,00             |
| Pequeno Porte | Gaprinos, Ovinos e Suínos  | R\$ 20,00             |

### **II – Taxa de Permanência Diária do Animal por Cabeça**

| <b>PORTE</b>  | <b>ESPÉCIE</b>             | <b>VALOR DA MULTA</b> |
|---------------|----------------------------|-----------------------|
| Grande Porte  | Equinos, Assinos e Bovinos | R\$ 15,00             |
| Pequeno Porte | Gaprinos, Ovinos e Suínos  | R\$ 05,00             |



## **Projeto de Lei n. 25/2025, de 10 de Novembro de 2025**

*Dispõe sobre a associação do Município de Marcelino Vieira-RN ao Polo Turístico do Oeste Potiguar - IGR OESTE POTIGUAR e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Marcelino Vieira-RN, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

**Art. 1º.** Esta lei tem por objetivo formalizar a adesão do Município de Marcelino Vieira-RN ao Polo Turístico do Oeste Potiguar - IGR OESTE POTIGUAR, promovendo o fortalecimento da cooperação intermunicipal, intersetorial e o desenvolvimento regional integrado do turismo;

**Art. 2º.** Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para a execução desta lei:

- I - A participação ativa do Município nas reuniões e decisões da instância de governança;
- II - A cooperação técnica, financeira e administrativa em iniciativas de interesse comum;
- III - A promoção do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade na região, especialmente relacionadas às políticas públicas de turismo.

**Art. 3º.** Os órgãos competentes serão responsáveis pela fiscalização e execução desta lei, conforme normativas específicas, assumindo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a gestão direta e assento na Assembleia com poderes de voz e voto, por intermédio do(a) Secretário(a) em exercício;

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a mensalidade associativa decidida em assembleia, no valor e periodicidade constantes nos registros oficiais;

**Art. 5º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a atualização periódica do valor da contribuição para a referida Associação, desde que haja recursos financeiros disponíveis e o aumento seja decidido em assembleia e com o devido registro e solicitação formal;

**Art. 6º.** O Poder Executivo Municipal, para assegurar o cumprimento da presente lei, disporá dos recursos para esse fim constantes na LOA - Lei Orçamentária Anual e criará elemento de despesa exclusivo para essa finalidade;

**Art. 7º.** O descumprimento das disposições desta lei acarretará as sanções previstas em legislação vigente;

**Art. 8º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.  
Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.  
Gabinete do Prefeito, em 10/11/2025.

**HINDEMBERG**  
**PONTES DE**  
**LIMA:50292382472**

Assinado de forma digital  
por HINDEMBERG PONTES  
DE LIMA:50292382472  
Dados: 2025.11.10 11:55:50  
-03'00'

*Hindemberg Pontes de Lima*

**PREFEITO**



## **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei visa formalizar a adesão do Município de Marcelino Vieira-RN ao Polo Turístico do Oeste Potiguar - IGR OESTE POTIGUAR, reconhecendo a importância da cooperação intermunicipal e intersetorial para o desenvolvimento regional e do turismo;

A IGR OESTE POTIGUAR foi constituída em 08 de agosto de 2023, com sede na cidade de Apodi - RN, cujo objetivo é de fomentar políticas de regionalização do turismo, a partir de diretrizes do Ministério do Turismo;

A mencionada associação foi criada a partir de iniciativa da Secretaria de Estado do Turismo do RN – SETUR-RN para operacionalizar a consecução das normativas constitucionais e ministerial de integração e capilarização das políticas públicas de turismo e interface da Administração Pública com os demais setores da sociedade, em especial o poder privado e o terceiro setor;

Imbuída de um caráter híbrido na sua formação, a Associação da IGR OESTE POTIGUAR congrega nove municípios geograficamente inseridos na Região do Oeste Potiguar e visa dar prioridade a políticas e investimentos coletivos e integrados que impulsionem o desenvolvimento econômico, social, cultural e artístico dos municípios, empresas e sociedade civil organizada, beneficiando, por recursos próprios e arrecadados, todos os associados e a sua população;

Cabe ainda ressaltar a importância da participação do município na Instância de Governança Regional, considerando que a Associação representa mais uma possibilidade de investimento e arrecadação de fundos para direcioná-los a projetos em que Marcelino Vieira aufera significativos ganhos na pasta do Turismo e consequentemente do seu desenvolvimento integrado;

A associação, como entidade civil sem fins lucrativos, visa reunir os Poderes do Executivo Municipal das cidades integrantes da Região do Oeste Potiguar, os empresários e empreendedores e sociedade civil organizada para tomada tripartite de decisão, participação popular, que representa um avanço no processo decisório, majoritariamente consultivo e democrático;

Sendo assim, além da possibilidade de apresentação de projetos que incluam o município como receptor de recursos para incrementos dos equipamentos turísticos e infraestrutura, a contribuição mensal associativa representará uma importante participação do Poder Municipal da cidade no custeio e, principalmente, investimento da cidade na pasta do turismo local e regional;

A participação do Município nesta instância permitirá a articulação de estratégias conjuntas voltadas para o crescimento econômico, a melhoria dos serviços públicos e a sustentabilidade ambiental. Além disso, facilitará o acesso a recursos e programas estaduais e federais, ampliando as oportunidades de investimento e desenvolvimento para a população local;

Diante do exposto, solicita-se a aprovação deste projeto de lei para viabilizar a inserção do Município em uma governança regional estruturada, trazendo benefícios significativos para toda a comunidade.

Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.  
Gabinete do Prefeito, em 10/11/2025.

HINDEMBERG  
PONTES DE  
LIMA:50292382472

Assinado de forma digital  
por HINDEMBERG PONTES  
DE LIMA:50292382472  
Dados: 2025.11.10 11:55:36  
-03'00'

*Hindemberg Pontes de Lima*  
PREFEITO

MARCELINO VIEIRA - RN



## **Projeto de Lei n. 26/2025, de 10 de Novembro de 2025**

*Institui o Programa Municipal de Incentivo à Instalação e Manutenção de Empresas no Município de Marcelino Vieira-RN, e dá outras providências”.*

**Hindemberg Pontes de Lima**, Prefeito do Município de Marcelino Vieira-RN, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica Instituído o Programa Municipal de Incentivo à Instalação e Manutenção de Empresas, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, o aumento da geração de empregos, o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida da população de Marcelino Vieira;

**Art. 2º.** O Programa destina-se a microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais que se instalarem ou mantiverem atividade econômica no Município;

**Art. 3º.** O incentivo previsto nesta Lei constituirá na concessão de auxílio financeiro mensal, em valores definitivos por decreto do Poder Executivo, destinado a custear parcialmente despesas fixas comprovadas:

- I-** Aluguel de Imóvel Comercial;
- II-** Consumo de energia elétrica; e
- III-** Consumo de água.

**Parágrafo Único.** O valor do incentivo não poderá exceder 100% ( cem por cento) do total das despesas comprovadas, observando-se os limites orçamentários e financeiros do Município

**Art. 4º.** Para obtenção do benefício, a empresa deverá:

- I-** Estar regularmente constituída e em funcionamento;
- II-** Manter sede ou filial no território municipal;
- III-** Comprovar regularidade fiscal com o município;
- IV-** Comprovar a geração de no mínimo, 20 (vinte) empregos formais de maneira diretas;
- V-** Firmar termo de compromisso com a prefeitura, comprometendo-se a manter suas atividades por período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

**Art. 5º.** O incentivo poderá ser concedido pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, mediante avaliação da Secretaria Municipal de Administração ou Secretaria Municipal de Assistência Social;

**Art. 6º.** A concessão do benefício será precedida de análise técnica e parecer da Secretaria Municipal de Finanças e do Controle Interno, contendo a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão á conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 8º.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, disciplinando critérios, procedimentos e documentos necessários para adesão ao Programa.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.  
Gabinete do Prefeito, em 10/11/2025.

HINDEMBERG PONTES  
DE LIMA:50292382472

Assinado de forma digital  
por HINDEMBERG PONTES  
DE LIMA:50292382472  
Dados: 2025.11.10 12:32:11  
-03'00'

*Hindemberg Pontes de Lima*  
PREFEITO

## **JUSTIFICATIVA e PEDIDO DE URGÊNCIA**

O presente Projeto de Lei, tem como objetivo estimular a instalação e manutenção de empresas no município, mediante subsídios parciais de despesas fixas, tais como: aluguel, água e energia elétrica, visando gerar emprego, renda, tributos e desenvolvimento social e econômico local.

A Constituição Federal, em seus Artigos 30, inciso I, 170, 182 e 183, confere aos municípios, competência para promover o desenvolvimento econômico e ordenar o pleno emprego, respeitando os princípios da livre iniciativa e da valorização do trabalho humano.

A lei Complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal), em seu Art. 14, permite a concessão de incentivos e benefícios desde que previstos em lei específica e acompanhados da estimativa de impacto orçamentário.

A Lei Federal nº 11.107/2005 (que trata dos consórcios públicos) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Decreto nº 6.047/2007) reforçam a importância da cooperação federativa e da ação municipal no estímulo a economia local, especialmente em municípios de pequeno porte.

Portanto, o presente projeto encontra pleno amparo jurídico e visa dotar o Município de instrumento legal moderno e eficaz para atração e fortalecimento de empreendimentos locais.

Pela justificativa acima e considerando a urgência que o caso requer, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei em **REGIME DE URGÊNCIA** previsto nos Arts. 153 e 154 do Regimento Interno da Casa, por se tratar de matéria relevante e urgente, com dispensa de emissão de Parecer por parte das Comissões.

Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.  
Gabinete do Prefeito, em 10/11/2025.

HINDEMBERG  
PONTES DE

LIMA:50292382472

*Hindemberg Pontes de Lima*

PREFEITO

Assinado de forma digital por  
HINDEMBERG PONTES DE  
LIMA:50292382472

Dados: 2025.11.10 12:32:25  
-03'00'



---

## Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro

### "Marcelino Vieira em Desenvolvimento"

#### 1. Análise das Disposições do Projeto de Lei e Seus Potenciais Efeitos Orçamentários

O Projeto de Lei em questão, denominado "Marcelino Vieira em Desenvolvimento", tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento econômico local, incentivar a geração de empregos e fortalecer a economia municipal através da atração e manutenção de empresas.

As disposições do projeto que geram impacto orçamentário direto e indireto são:

- **Instituição do Programa:** O *Art. 1º* estabelece a criação do programa com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, o fortalecimento da economia e a melhoria da qualidade de vida.
- **Beneficiários:** O *Art. 2º* especifica que o programa se destina a microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais que se instalarem ou mantiverem atividades econômicas no município.
- **Natureza do Incentivo:** O *Art. 3º* define que o incentivo será um auxílio financeiro mensal, concedido para custear parcialmente despesas fixas comprovadas, tais como:
  - Aluguel de Imóvel Comercial;
  - Consumo de energia elétrica;
  - Consumo de água.
  - O *Parágrafo Único do Art. 3º* estabelece um limite crucial: "O valor do incentivo não poderá exceder 100% (cem por cento) do total das despesas comprovadas, observando-se os limites orçamentários e financeiros do Município."
- **Condições para Obtenção do Benefício:** O *Art. 4º* lista as exigências, sendo as mais relevantes para o impacto:
  - Comprovar regularidade fiscal com o município;

- Comprovar a geração de, no mínimo, 20 (vinte) empregos formais diretos;
- Firmar termo de compromisso de manter atividades por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses.
- **Prazo do Incentivo:** O *Art. 5º* define que o incentivo poderá ser concedido pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período. Isso indica um compromisso orçamentário de longo prazo.
- **Análise e Parecer Obrigatórios:** O *Art. 6º* é fundamental do ponto de vista contábil e fiscal, ao exigir que a concessão do benefício seja precedida de "análise técnica e parecer da Secretaria Municipal de Finanças e do Controle Interno, contendo a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000". Este artigo reforça a necessidade do presente estudo.
- **Fontes de Despesa:** O *Art. 7º* indica que as despesas correrão "à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário". Isso aponta para a necessidade de alocação de recursos específicos no orçamento municipal.
- **Regulamentação:** O *Art. 8º* determina que o Poder Executivo regulamentará a Lei em 60 dias, estabelecendo critérios, procedimentos e documentos. Essa regulamentação será vital para operacionalizar e detalhar os valores e processos.

#### Potenciais Efeitos Orçamentários:

1. **Despesa Direta (Incentivo Financeiro):** O principal impacto será o desembolso mensal referente ao auxílio de aluguel, água e energia elétrica para as empresas beneficiadas. Esta despesa será uma dotação orçamentária específica.
2. **Despesa Indireta (Administrativa):** Haverá custos operacionais para a gestão do programa, incluindo a análise das solicitações, monitoramento das empresas beneficiadas e emissão de pareceres, envolvendo recursos humanos e materiais das Secretarias de Finanças, Administração e Controle Interno.
3. **Impacto Fiscal Positivo (Indireto):** A geração de novos empregos e o fortalecimento das empresas existentes tendem a aumentar a arrecadação de tributos municipais (como o ISSQN, IPTU para imóveis comerciais, taxas diversas) e a cota-parte do município em tributos estaduais (como o ICMS, que é influenciado pela atividade econômica local). Este é um benefício que pode compensar, em parte, os custos diretos.
4. **Impacto Socioeconômico:** Embora não seja um impacto orçamentário direto em termos de despesa, a geração de empregos e renda contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, o que indiretamente reduz pressões sobre despesas sociais e aumenta a base tributária futura.



---

## 2. Elementos Necessários para uma Estimativa Precisa do Impacto Orçamentário

Para que um estudo de impacto orçamentário-financeiro seja preciso e atenda às exigências da LRF, é fundamental dispor de dados quantificáveis e premissas claras. Os principais elementos a serem considerados são:

### a. Quantidade de Empresas Potencialmente Beneficiadas

Este é um dos pilares da estimativa. A ausência de um número projetado de empresas que aderirão ao programa torna impossível calcular o custo total.

### b. Valores que Serão Destinados a Essas Empresas

Conforme o *Art. 3º*, o auxílio será "em valores definitivos por decreto do Poder Executivo", limitado a 50% das despesas comprovadas. Sem a definição desses valores, o cálculo é inviável.

### c. Outras Variáveis Relevantes que Podem Influenciar o Impacto Orçamentário

Além dos pontos cruciais acima, outras variáveis são essenciais para uma análise completa:

- **Duração Média dos Benefícios:** Embora o prazo máximo seja de 10 anos, é preciso estimar por quanto tempo, em média, as empresas permanecerão no programa e recebendo o benefício. Nem todas as empresas ficarão o período máximo, e algumas podem sair antes.
- **Taxa de Sucesso/Manutenção de Empresas:** Qual a probabilidade das empresas beneficiadas cumprirem o compromisso de 24 meses e se manterem ativas e gerando empregos após esse período? Isso influencia o retorno do investimento e a continuidade do benefício.
- **Custo de Geração de Emprego:** O projeto exige 20 empregos formais. Para um estudo mais aprofundado, poderia-se calcular o custo do incentivo por emprego gerado, para avaliar a eficiência do programa.
- **Custo Administrativo do Programa:**
  - **Pessoal:** Salários de funcionários dedicados à análise, fiscalização e acompanhamento.
  - **Material e Serviços:** Softwares, materiais de escritório, consultorias, divulgação do programa.

- **Projeção de Arrecadação de Tributos:** Estimar o aumento na arrecadação de ISSQN, IPTU e na participação do ICMS em decorrência da atividade das empresas incentivadas. Este é o "lado positivo" do impacto financeiro, que pode mitigar o custo do programa.

### **3. Justificativa da Inviabilidade de Fornecer Valores Exatos e Informações Fundamentais Necessárias**

A precisão de qualquer estimativa financeira depende diretamente da qualidade e completude dos dados de entrada. No caso do Projeto de Lei "Marcelino Vieira em Desenvolvimento", a ausência de informações quantitativas essenciais torna, neste momento, **inviável fornecer valores exatos** para o impacto orçamentário-financeiro.

#### **a. Quais Informações São Necessárias e Por Que São Cruciais**

##### **1. Número de Empresas Beneficiadas (Projeção Anual):**

- **Por que é crucial:** É a base multiplicadora do custo. Sem saber quantas empresas receberão o incentivo, não é possível estimar o total de despesas.

##### **2. Valores Detalhados dos Incentivos por Categoria (Aluguel, Água, Energia):**

- **Por que é crucial:** O Art. 3º do Projeto de Lei afirma que os valores serão "definidos por decreto do Poder Executivo" e limitados a 50% das despesas comprovadas. Até que esse decreto seja publicado ou que haja diretrizes claras sobre os valores a serem subsidiados (seja um teto fixo, um percentual sobre um custo médio ou uma combinação), estamos lidando com variáveis desconhecidas.

##### **3. Estimativa dos Custos Médios das Despesas Elegíveis (Aluguel, Água, Energia) para o Perfil de Empresas Beneficiadas:**

- **Por que é crucial:** Mesmo com o limite de 50%, precisamos saber a base. Uma pequena empresa de serviços tem custos de aluguel e consumo diferentes de uma pequena indústria. Sem entender o perfil de custo médio das empresas que o programa visa atrair, não se pode aplicar o percentual de 50% de forma significativa.

#### **b. Como a Ausência Dessas Informações Afeta a Precisão das Estimativas**

A ausência dessas informações essenciais impacta a precisão das estimativas de forma crítica:

- **Impossibilidade de Cálculos Reais:** Sem o número de beneficiários e os valores definidos dos incentivos, qualquer cálculo de impacto orçamentário seria baseado em suposições arbitrárias, o que invalidaria a estimativa para fins de conformidade com a LRF. A *Lei Complementar n° 101/2000, Art. 14*, exige uma estimativa que seja o mais próximo possível da realidade.

Diante da análise do referido projeto, em sua forma atual, não contém os elementos quantitativos necessários para a elaboração de um estudo de impacto orçamentário-financeiro preciso, conforme exigido pelo *Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal*.

Marcelino Vieira/RN, 11 de novembro de 2025.

**ALDAIR LEITE DA  
SILVA**  
**FILHO:06900600417**

Assinado de forma digital por  
ALDAIR LEITE DA SILVA  
FILHO:06900600417  
Dados: 2025.11.11 01:13:24 -03'00'

**ALDAIR LEITE DA SILVA FILHO**

Assessoria Contábil  
CRC RN 011535/O



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARCELINO VIEIRA-RN**  
**PALÁCIO MANDEL VICENTE DE OLIVEIRA**  
**CNPJ: 08.392.995/0001-95**

---

**PROJETO DE LEI Nº 003/2025**

**Autor: Vereador AURIVONES ALVES DO NASCIMENTO – PV**

*Dispõe sobre a proibição de cobrança de estacionamento em vias públicas para fins particulares no Município de Marcelino Vieira/RN e dá outras providências.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e regimento interno, aprova a presente lei e o prefeito municipal sanciona:

**Art. 1º** Fica proibida a cobrança, direta ou indireta, pelo uso de estacionamentos em vias públicas no território do Município de Marcelino Vieira/RN, sendo vedada a cobrança de taxas, mensalidades, valores por período de permanência ou quaisquer outras formas de cobrança por terceiros.

**Art. 2º** Nos eventos públicos realizados pelo Município, deverão ser destinadas vagas de estacionamento gratuito para a população, sendo vedada a exploração dessas áreas por particulares.

**Art. 3º** A legislação municipal poderá disciplinar regras e limites sobre estacionamento em vias públicas, vedada, contudo, a cobrança por parte de pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas pelo Poder Público.

**Art. 4º** O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das medidas cíveis e penais aplicáveis.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Marcelino Vieira/RN, 10 de novembro de 2025

AURIVONES ALVES DO  
NASCIMENTO:02050287488  
AURIVONES ALVES DO NASCIMENTO  
*Vereador*  
*Partido Verde – PV*

Assinado de forma digital por  
AURIVONES ALVES DO  
NASCIMENTO:02050287488  
Dados: 2025.11.10 20:29:25 -03'00'



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARCELINO VIEIRA-RN**  
**PALÁCIO MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA**  
**CNPJ: 08.392.995/0001-95**

---

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo proibir a cobrança de qualquer valor pelo uso de vagas de estacionamento localizadas em vias públicas de Marcelino Vieira/RN, inclusive quando realizadas por terceiros sem autorização municipal.

As vias e logradouros públicos são bens de uso comum do povo, conforme dispõe o art. 99, inciso I, do Código Civil Brasileiro, e não podem ser apropriadas para fins particulares. A cobrança indevida pelo uso desses espaços representa uma forma irregular de privatização do espaço público.

É dever do Poder Público municipal assegurar o livre acesso e a utilização gratuita das vias públicas, preservando o direito de ir e vir dos cidadãos e garantindo que o espaço urbano seja utilizado de maneira justa e democrática.

Além disso, em tempos de dificuldades econômicas, é fundamental evitar que a população enfrente mais custos para exercer atividades cotidianas, como estacionar para frequentar o comércio, escolas, igrejas ou serviços públicos.

Dessa forma, o presente projeto visa proteger o interesse coletivo, garantir o uso gratuito e ordenado do espaço público e coibir práticas abusivas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Marcelino Vieira/RN, 10 de novembro de 2025

AURIVONES ALVES DO  
NASCIMENTO:02050287488  
**AURIVONES ALVES DO NASCIMENTO**  
**Partido Verde – PV**

Assinado de forma digital por AURIVONES  
ALVES DO NASCIMENTO:02050287488  
Dados: 2025.11.10 20:29:50 -03'00'



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-RN**  
**PALÁCIO MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA**

CNPJ: 08.392.995/0001-95

Travessa Neo Pontes, SN - Centro, Marcelino Vieira-RN

REQUERIMENTO Nº 006/2025

RECEBIDO EM

05/11/2025

*Jatasha*

**Autoria do Vereador: Tamarck Luiz Silvestre – PV**

**Assunto:** Requer providências voltadas à valorização e segurança dos trabalhadores que atuam na coleta de lixo e limpeza urbana do município de Marcelino Vieira-RN.

Senhor Presidente Francisco Belarmino Filho,

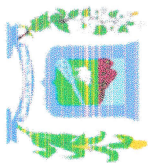
Requeiro a Vossa Excelência, na forma da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja encaminhada manifestação de apelo ao prefeito desta municipalidade, a fim de que se adotem medidas necessárias **de valorização e melhoria das condições de trabalho dos servidores responsáveis pela coleta de lixo e limpeza urbana** na cidade de Marcelino Vieira.

**Justificativa**

Prezado Presidente da Câmara Municipal de Marcelino Vieira e demais colegas vereadores que compõem esta Casa Legislativa.

Os trabalhadores que atuam como gari realizam diariamente uma função essencial para o bem-estar da população e a manutenção da saúde pública, enfrentando sol, chuva e riscos de contaminação. Esses profissionais, verdadeiros heróis anônimos, merecem **respeito, reconhecimento e melhores condições de trabalho**. Principalmente aqueles que trabalham no carro da coleta de lixo. Veremos como e o dia a dia deles.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-RN**  
**PALÁCIO MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA**

CNPJ: 08.392.995/0001-95

Travessa Neo Pontes, SN - Centro, Marcelino Vieira-RN

Diante disso, este requerimento tem por objetivo **solicitar ao Poder Executivo**

**Municipal:**

- 1 - **A entrega regular e completa de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS)**, incluindo luvas, máscaras, botas, uniformes e capas de chuva; roupas adequadas, como uniformes padronizados. No mínimo 2 pares de cada.
- 2 - Disponibilização de materiais de trabalho, como carros de mão, vassouras, pás e demais utensílios necessários para a coleta e varrição urbana
- 3 - **A realização periódica de exames médicos e acompanhamento de saúde ocupacional;**
- 4- **A substituição e/ou manutenção adequada dos veículos de coleta,** garantindo segurança e condições dignas de trabalho.

Essas medidas refletem o compromisso do poder público com quem cuida da cidade todos os dias. É preciso reconhecer que **sem os garis e coletores, a cidade literalmente para**. Valorizar esses profissionais é também valorizar a **dignidade humana, o trabalho honesto e o respeito por quem serve o povo de forma tão essencial.**

Nos termos acima, espera o deferimento deste requerimento.

Marcelino Vieira-RN, 05 de novembro de 2025.



TAMARCK LUIZ SILVESTRE

VEREADOR